

Projeto ético-político do Serviço Social: breves contribuições às polêmicas “interminadas” e/ou intermináveis*

*Valeria Forti
Jonatas Valle
Juliana Mauricio*

Introdução

O atual projeto ético-político dos assistentes sociais brasileiros comporta polêmicas que merecem nossa atenção, o que não significa desconsiderarmos a existência de inúmeras consistentes e relevantes produções textuais e orais sobre o tema. Isso porque avaliamos mister a formulação de contribuições pertinentes que, cada vez mais, o fortaleçam, particularmente no momento presente, em que tendências (ultra)conservadoras parecem adensarem-se na profissão, caracterizando a articulação entre projetos profissionais e societários permeados por valores distintos e até divergentes daqueles que o fundamentam. Não podemos perder de vista que essas tendências são possibilidades no âmbito profissional e, parafraseando o saudoso Gonzaguinha, compatíveis com um tempo em que lutar pelos nossos direitos pode ser considerado um defeito que mata. Um tempo em que tantas lutas inglórias produzem histórias que a história qualquer dia contará.¹

Sabemos que muitos estudiosos² da profissão já se voltaram e se voltam ao estudo de tal tema, mas, mesmo assim, não avaliamos ser demais, inicialmente, ratificarmos que esse projeto profissional, democrático e progressista, cuja origem e trajetória contam com inúmeros protagonistas e sujeitos, é produção histórica, visando nortear, prestar fundamentos e direcionamento valorativo, antecipar e imprimir finalidade ética à ação profissional na realidade concreta, que constitutivamente é dinâmica, um contínuo vir a ser, um incessante movimento, o que, portanto, requer análises plurais e constantes.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-38-3-0-f.25-44

¹Parafraseando Luiz Gonzaga do Nascimento Jr. (1945-1991), Gonzaguinha, em sua composição musical “Pequena memória para um tempo sem memória”, lançada durante uma turnê de shows, *Vida de Viajante*, em 1981.

² Para evitar uma leitura cansativa ao/à leitor/a, não utilizaremos alternância simultânea de gênero. Todavia, evidenciamos nos dirigir ao gênero humano respeitando e valorizando toda diversidade que comporta.

Compreendemos o projeto profissional abordado como uma estrutura direcionada,³ uma vez que, assentado em valores e princípios fundamentais articulados a projetos societários, em sua dinamicidade, sustenta o rumo profissional em prol dos interesses da classe trabalhadora. Além disso, diferentemente da hipótese de um projeto contido em um único documento, seu significado e direção são encontrados no conjunto de diferentes produções intelectuais e organizativas – textuais e orais – que lhe dão sustentação, mas que exigem dos profissionais posicionamentos e ações compatíveis. Ou seja, a materialização, referenciada por tais produções, não se limita à mera intenção e/ou ao formalismo e/ou utopismo diante dessas produções, sendo imprescindível que tais conteúdos se manifestem nas decisões e ações profissionais. Ao mencionarmos isso, mesmo que saibamos não representar o entendimento da possibilidade da plena materialização do projeto na sociabilidade em que vivemos, haja vista a alusão do projeto a contribuições profissionais que rumem na perspectiva de construção da superação dessa ordem social, cabe-nos ter a clareza de que é um projeto e, como os projetos em geral, não deve se restringir ao “mundo das ideias”,⁴ pois, como prévia-ideação, visa às escolhas e ações na realidade concreta em prol do produto pretendido, o que envolve inúmeros nexos subjetivos e objetivos para a sua efetivação.

Visando prestar referências à contribuição profissional compatíveis com as possibilidades de superação, referimo-nos a um projeto suscitado em razão de uma sociedade cujos conflitos, contradições e antagonismos, decorrentes, essencialmente, da profunda desigualdade social entre as suas distintas classes, definem o seu direcionamento ideopolítico e sua dinâmica. Isso, como em parte já foi dito, nos impulsionou à elaboração de alguns argumentos que, definem o seu direcionamento ideopolítico e sua dinâmica. Ou seja, como em parte já foi dito, nos impulsionou à elaboração de alguns argumentos que, mesmo em pequeno número, possam adensar os debates acerca do tema e favorecer a materialização de posicionamentos profissionais consoantes ao projeto. Até porque, mesmo que haja importantes manifestações de adesão a esse projeto, observamos, simultaneamente, infundáveis polêmicas em razão das suas distintas interpretações, no meio profissional, o que se, por um lado, leva alguns profissionais à sua incompreensão; por outro, suscita sujeitos profissionais que acreditam serem os detentores da verdade sobre ele, tornando-se uma espécie de “guardiões do projeto” e inibindo, por meio de sua “verdade absoluta”, qualquer tipo de indagação e/ou problematização a esse

³Qualificativo extraído da obra *Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social*, de autoria de Luciana G. P. de Paula (2016).

⁴Nossa menção é ao pensamento platônico que capta a prevalência do mundo das ideias ao mundo sensível, considerado como mera cópia imperfeita do primeiro.

respeito, qualificando-as, simplistamente, como contrárias ao projeto, assim como podemos nos deparar, ainda, com outros profissionais que avaliam que a materialização de tal projeto ocorre de maneira similar aos mantras, bastando a contínua repetição em sua defesa.

Como expressamos, nos limitamos ao comentário de alguns aspectos relacionados ao tema e já os iniciamos. No entanto, cabe-nos esclarecer que esses foram extraídos e selecionados em razão do critério de recorrência, em face do que vivenciamos em nosso trabalho como assistentes sociais, seja na docência, seja em outras políticas sociais,⁵ sem qualquer demérito de tantos outros aspectos que possam ser avaliados tão ou mais significativos. Além disso, esclarecemos que, mesmo que possam parecer diminutos e pontuais na avaliação de outros profissionais, os avaliamos como equívocos que repercutem de maneira importante no nosso meio profissional, em razão dos traços fundamentais do referido projeto e/ou de polêmicas suscitadas pelas inerentes dificuldades do trabalho dos profissionais nos diferentes campos sócio-ocupacionais.

Projeto ético-político do Serviço Social: construção crítica e recusa do histórico conservadorismo profissional

Esse é um projeto encaminhado e defendido por segmentos profissionais relevantes do Serviço Social,⁶ o que nos parece ser crucial para que significativo percentual da categoria profissional, recorrente e inquestionavelmente, afirme sua hegemonia.⁷ Tal afirmação não decorre de qualquer pesquisa acurada cuja metodologia e conseqüente resultado possibilitassem argumentação sólida e, conseqüentemente, consoante à importância do referido projeto.⁸ Esse raciocínio nos leva a indagações quanto à possível dificuldade de distinção entre o ser e o dever ser, ofuscando tais variáveis nesse sentido, o que, inclusive, pode dificultar/impedir que a teleologia se torne o produto almejado – esse produto é nosso almejo também, aliás, como dito, a finalidade que impulsionou este texto.

No nosso entender, o referido projeto resulta dos desdobramentos do veio de inspiração mais crítica do Movimento de Reconceitualização latino-americano na realidade brasileira. A partir desse período – meados da década de

⁵Os autores deste texto têm experiências de trabalho no Serviço Social: na docência, nas políticas de assistência social, de saúde e de educação – assistência estudantil.

⁶Em grande parte, assistentes sociais dedicados à docência e autores e/ou coautores da literatura crítica no Serviço Social.

⁷Nossa menção não é à posição majoritária.

⁸O espaço acadêmico público é onde esse projeto nos parece ter mais adeptos, o que, inclusive, pode ser verificável pelas produções dos profissionais desse campo sócio-ocupacional.

1960 – no Brasil, foi sendo evidenciado, paulatinamente, um pluralismo no interior da profissão, o que não mais assegurou a unidimensionalidade do pensamento a-histórico, acrítico e moralizador no Serviço Social, que se assentou, fundamentalmente, no doutrinário religioso, claramente, de cariz conservador. Ou seja, foram sendo reveladas diferentes visões de mundo, de sociedade e, por conseguinte, de vínculos a distintos projetos societários. Isso oportunizou, cada vez mais, a elaboração e o aprofundamento das críticas à origem, às finalidades e ações profissionais do Serviço Social alinhadas à ordem capitalista, mesmo no que refere àquelas cujas argumentações, aparentemente, se mostravam críticas, por meio de óticas superficiais, românticas ou reformistas.

Como foi dito, consideramos que, mesmo que possam se mostrar meros equívocos pontuais que talvez até pudessem ser desconsiderados, no nosso entender, verificamos que o que abordamos aqui são aspectos que repercutiram e ainda repercutem, de maneira importante no meio profissional. Isso ocorre tanto em razão dos traços fundamentais do referido projeto ou das polêmicas suscitadas pelas intrínsecas dificuldades do trabalho institucional em uma sociedade como a nossa, que merece ser observada e analisada pelas consequências da lógica capitalista, que hoje, recrudescidas, obstam – inclusive e principalmente pelas precárias condições de trabalho – a oferta de serviços sociais de boa qualidade, o que corresponde à indispensável objetivação democrática que tal projeto requer que persigamos e efetuemos. Quanto a isso, acreditamos que muitos entre nós já ouvimos considerações do tipo: “Esse projeto é pura idealização.” “Esse projeto não tem como se materializar.” “Perder tempo em discutir esse projeto para quê?” “Isso ocorre por culpa desse projeto, já que dificulta nosso trabalho na instituição.” “Não cabe aprimorar esse projeto, e sim acabar com ele, uma vez que é descolado da realidade da nossa ação profissional.” “Esse projeto só cabe para os do campo acadêmico.” “Concordo com o projeto, mas não é possível na prática.” “O código, tudo bem, temos que respeitá-lo, mas o projeto é impossível.” “Esse projeto é puro idealismo.”

Prosseguindo nesse raciocínio, cabe destacarmos que, como representação de uma antecipação ideal, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é um projeto profissional cujos fundamentos democráticos e progressistas se alinham ao código de ética profissional do assistente social em vigência. Todavia, apesar dessa evidência, muitas vezes, é avaliado, até pelos profissionais que jamais considerariam a hipótese de desrespeitarem os fundamentos de tal código, como um projeto inviável e até o responsável pelas dificuldades de adoção da referência desse código na efetivação do trabalho profissional cotidiano. Também há aqueles profissionais que alegam que o desconhecimento de tal projeto pelos assistentes sociais é o único responsável

pelas dificuldades e óbices que os assistentes sociais vivenciam em face das requisições do trabalho cotidiano nas instituições. Há, ainda, os que consideram que o mero fato de os profissionais alegarem adesão aos valores do projeto já é o suficiente para tê-lo como consistente referência capaz de nortear a ação profissional competentemente. É como se o conhecimento, apesar de indispensável, fosse suficiente, ou melhor, o determinante, o responsável pelo encaminhamento e o resultado qualificado do trabalho do assistente social, ou se a mera alegação de adesão a algo ou o discurso em favor de algo fosse suficientemente capaz de alterar a realidade. Também observamos que há considerações profissionais que desmerecem a força em contrário das convicções adquiridas nos espaços privados pelos assistentes sociais, como a família e a escola, por exemplo, bem como por meio das mensagens emitidas pela grande mídia. Essa desconsideração comumente permite a esses sujeitos inferirem que há possibilidade de “captura cognitiva”, suscitando profissionais em favor das referências do projeto por meio de contatos esporádicos, que, recorrendo à repetição da importância do referido projeto crítico, independentemente de condições de trabalho decentes e da oportunidade de estudos mais profundos acerca da sociedade em que vivemos – e temas como ideologia, alienação e os valores contidos nesse projeto –, lhes seja possível opção, adesão consciente. Essa é uma postura indubitavelmente inconsistente e que, de certo modo, pode traduzir uma perspectiva de onipotência, o que não condiz com os profissionais que se dedicam a buscar conhecimento profundo sobre o tema.

Indiscutivelmente, não apenas o projeto profissional crítico aqui abordado, mas toda proposta de trabalho profissional e/ou o trabalho vivo requerem conhecimento e qualificação pertinentes, em busca de se prevenir distorções de fundamentos e de finalidade. Entretanto, as condições de trabalho não são determinadas pelo profissional, o que inclui até o seu salário. E, tais condições, também se vinculam às possibilidades e aos limites de alcance das finalidades e, portanto, à materialização dos valores intrínsecos a determinado projeto profissional e ao resultado pretendido. Isso significa dizer que é imprescindível a capacidade de análise da qualidade da tensão entre o ser e o dever ser, entre causalidade e prévia-ideação – teleologia –, rumo ao alcance de resultados mais próximos possíveis do que foi projetado e é almejado.

O que buscamos aludir é que mesmo que o referido projeto assegure fundamentos, valores e princípios voltados aos interesses da classe trabalhadora e críticos à sociedade capitalista, propugnando contribuição profissional para a construção de uma outra forma de sociedade/sociabilidade, isso não significa que os profissionais do Serviço Social não estejam sujeitos à alienação e não estejam na condição de trabalhadores assalariados, submetidos às injunções do trabalho na realidade do capitalismo periférico e dependente brasileiro e em um

contexto mundial e particular de recrudescimento das estratégias neoliberais. Ou seja, aos assistentes sociais cabe a realização de suas competências e atribuições sob as determinações das requisições patronais e as dos usuários das instituições empregadoras em situações concretas. Isso significa que, não obstante os projetos em geral, e, portanto, o aqui referido, serem antecipações ideais, o projeto ético-político não é fruto de mero idealismo, e não lhe cabe ser considerado nos limites da mera intenção, contemplação e/ou utopismo. É um projeto cujos fundamentos supõem análise substancial da realidade concreta em prol de ações profissionais consequentes e voltadas às alterações necessárias aos interesses da classe trabalhadora, visando à efetivação de uma contribuição profissional que vislumbre a possibilidade de superação da atual ordem social. E quanto a isso nos cabe a observação do momento extraordinário que vivemos e a propositura do aludido projeto.

Evidentemente, o projeto crítico não se esgota no cotidiano do exercício profissional, pois no seu horizonte há contribuição em face da possibilidade de construção de uma nova ordem social. Porém, mesmo que em conexão com projetos societários, trata-se de projeto profissional cuja contribuição no sentido dessa construção depende de recursos objetivos e subjetivos, ou seja, das condições de trabalho, da competência profissional e da direção social assumida na realização das atividades cotidianas. (FORTI; COELHO, 2015, p. 28).

Segundo Guerra (2015), as determinações históricas do projeto ético-político articularam-se desde os anos 1950 do século passado, haja vista a repercussão de fenômenos sociais como a Revolução Cubana, em 1959, a Revolução Sandinista e a Chilena, na década de 1970, e outras expressões em prol da libertação da América Latina envolvendo operários urbanos, agrícolas e camponeses. Além disso, a autora destaca movimentos importantes na realidade brasileira que ocorreram entre os anos 1950/1970. Diante do exposto, destacamos alguns entre esses movimentos, tais como: os contra a carestia e pelas reformas de base, especialmente na Educação; os vinculados à Igreja católica, seja os de operários, universitários, da Juventude Agrária Católica e da Juventude Estudantil Católica (JOC, JUC, JAC, JEC); assim como, não podemos deixar de salientar, o Movimento Estudantil. Voltando o seu foco para o Serviço Social, propriamente, Guerra (2015) menciona a repercussão do que foi citado na profissão por meio da expressão do movimento composto pelos Reconceitualizadores, assim denominados em evento realizado em Porto Alegre, em maio de 1965, tendo o assistente social e docente da PUC-RS, Seno Cornely, como um dos seus maiores protagonistas. A constituição do grupo autodenominado Geração 65 marcou o início do Movimento de Reconceitualização latino-americano. Um movimento amplo e heterogêneo cujas

repercussões se desdobraram na realidade brasileira e, no nosso entendimento, alavancou um processo que, pelo seu veio de inspiração mais crítica, suscitou as bases originárias do projeto profissional crítico, que no meio profissional foi nomeado, a partir de 1998, de Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Recorrendo a Barroco (2007, p. 141), destacamos que, a partir dos anos 1960/1970, uma “[...] parcela minoritária de profissionais [do Serviço Social] opta pela participação política e cívica; amplia sua consciência social e recusa ideologicamente a ordem burguesa.”. Um momento em que, basicamente, se inicia a produção textual crítica na profissão. Um processo que caracteriza a busca de novos aportes teóricos, visando outro rumo para a legitimação do Serviço Social na sociedade, ou seja, não mais alinhado predominantemente aos interesses capitalistas, mas comprometido com a classe trabalhadora e vislumbrando uma contribuição profissional direcionada à possibilidade de ultrapassagem do horizonte burguês.

Essas alterações criaram um novo *ethos*⁹ no âmbito do Serviço Social, que apostava no engajamento político e na ação educativa voltada à liberdade dos oprimidos socialmente. Isso, apesar de oportunizar importantes avanços intelectuais e organizativos à categoria profissional, uma vez que a impulsionou a busca de alternativas críticas ante a força da hegemonia conservadora na profissão, também comportou equívocos que, apesar de terem temporariamente sido arrefecidos, não nos cabe avaliar que foram erradicados. Atualmente, inclusive, alguns deles mostram-se até equívocos adensados em tendências que têm a pretensão de disputarem a direção social da profissão, tendo repercussões no projeto que aqui abordamos, especialmente no que se refere a interpretações difundidas de maneira distorcida. Entre os citados equívocos, salientamos o economicismo e o politicismo. Referimo-nos aos posicionamentos que, nas suas diferenças, cindem a conexão entre a economia e a política, distorcendo o pensamento da teoria social marxiana. No primeiro referido, prevalece o determinismo do fator econômico e, no segundo, a autonomização da dimensão política. Além deles, o voluntarismo e o militantismo¹⁰ também devem ser aqui indicados. Aliás, por nós avaliados de significativa implicação em face do projeto ético-político. Isso porque são posicionamentos que, em linhas gerais, se entrelaçam, sendo a ênfase do primeiro encontrada na compreensão profissional de que a vontade do sujeito é o suficiente em face da alteração almejada na realidade social, enquanto no militantismo, a ênfase está na desresponsabilização do profissional das suas

⁹Barroco (2007) esclarece que esse novo *ethos* emergiu da luta de classes, em que segmentos da categoria, mesmo em contexto de dura repressão, participaram ativamente de experiências, não propriamente de formulações acadêmicas, que se direcionaram a um novo consenso teórico.

¹⁰Esses são equívocos que podem ser identificados entre segmentos profissionais de diferentes tendências ético-políticas, inclusive e especialmente, entre as mais conservadoras.

intrínsecas competências e atribuições, ou em detrimento delas, em prol da reprodução de posicionamentos políticos análogos aos que são afeitos aos campos partidário ou da fé religiosa aguerridos.

Esses são aspectos que repercutiram/repercutem, sobremaneira, no trabalho profissional, e ainda podem provocar distorções a ponto de descaracterizá-lo, tanto do ponto de vista teórico-metodológico e operacional quanto do ponto de vista da dimensão ético-política, o que, conseqüentemente, ecoa na apreensão do projeto profissional crítico aqui em debate e o fragiliza.

Apesar de comentarmos os equívocos que emergiram nesse período e mencionarmos que não podem ser avaliados como erradicados e até encontrados em alguns casos com certo adensamento e isso também em segmentos contrários ao projeto crítico, mas que os reproduzem por outra via, cabe aludirmos que esse foi um processo em que a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional, evidenciadas no trânsito da décadas de 1970 para a de 1980, “[...] gestou o solo histórico, o terreno vivo, que tornou possível uma abrangente, profunda e plural renovação do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2010, p. 88).

O contexto referido, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, é marcado por um processo de crescente organização política e resistência à ditadura, como estabelece Netto (2007, p. 149). Vejamos:

A resistência à ditadura, conduzida no plano legal por uma frente de oposição hegemônica por segmentos burgueses descontentes, ganhou profundidade e qualidade novas quando, na segunda metade dos anos setenta, a classe trabalhadora se reinseriu na cena política, por meio da mobilização dos operários metal-mecânicos do cinturão industrial de São Paulo (o “ABC paulista”).

Essa irrupção política, exposta na citação de Netto, não se deu de forma alheia à profissão. Além das circunstâncias favorecedoras à reinserção da classe trabalhadora na cena política, promoveu condições objetivas e subjetivas favoráveis ao pensamento crítico, o que desde os primeiros anos desse cenário político repercutiu em uma parcela significativa de assistentes sociais que se tornaram presentes no debate e na atividade política, por meio de movimentos sociais, organizações sindicais e partidos políticos.

Esse envolvimento político, certamente, ressoou no interior da organização profissional, favorecendo um duplo amadurecimento: por um lado, no âmbito da organicidade política da categoria, e, por outro, da produção marxista – que assim pôde avançar, inclusive, na superação do marxismo vulgar presente em alguns espaços profissionais. Esse processo pôde se expressar, em síntese, no grande marco histórico que representou o chamado “congresso da virada”, em 1979, marcado pela expressão massiva dos profissionais presentes

contrários à direção conservadora da profissão em sua aliança com representantes políticos correspondentes em exercício na sociedade brasileira. Esse episódio representou um importante impulso para o desencadeamento de várias outras conquistas dos assistentes sociais na década de 1980, uma vez que os assistentes sociais investiram exaustivamente no fortalecimento das suas entidades profissionais e dos seus sindicatos.

Isso evidenciou, na categoria dos assistentes sociais, um salto qualitativo no que tange à sua organização política.

Revitalização profunda nos organismos básicos do Serviço Social brasileiro, provocando contradições, divergências e lutas no interior das entidades nacionais ABESS e CFAS; efetiva-se a reativação das entidades sindicais e pré-sindicais em todo país, culminando com a criação da ANAS, em 1983, registrando-se, também, a reativação do movimento dos estudantes de Serviço Social no interior dos movimentos e lutas estudantis universitários em geral. Nesse âmbito, verifica-se o despertar de grupos de assistentes sociais para maior participação na política partidária. (SILVA, 2009, p. 42).

Essa experiência política, que se desdobra do veio de inspiração mais crítica da reconceitualização no Brasil, imediatamente se espalhou para os debates internos da categoria e contribuiu para a conformação de outros componentes fundamentais para a formação do projeto profissional crítico aqui em debate. Dentre eles, destacam-se fatores como a consolidação da produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social; o alargamento do exercício profissional – determinado pela requalificação da prática profissional e das conquistas sociais dos trabalhadores, no decorrer do processo de restauração da democracia política; o redimensionamento do ensino em Serviço Social, que culminou nos redirecionamentos expressos pelo novo currículo de 1982 e pela revisão do código de ética profissional que resultou na formulação de um código profissional que marcou a ética profissional como um “divisor de águas”, em 1986.

Segundo Forti (2020), quanto à revisão do Código de Ética profissional que resultou no de 1986, surgiram elaborações teórico-práticas que se propunham romper com o histórico conservadorismo na profissão. Com isso, efetivou-se a construção de um referencial ético, que não mais preconizou valores assentados em interesses individuais ou de grupos sociais particulares, mas privilegiou voltar-se aos interesses de classe – da classe trabalhadora. Dessa maneira, salientamos três aspectos que marcaram esse documento: a negação do histórico conservadorismo profissional, a negação da neutralidade profissional e a busca de superação de premissas idealistas fundamentadas no

moralismo religioso e/ou fruto do senso comum, responsáveis, basicamente, por posicionamentos acrílicos, generalizadores/preconceituosos.

No entanto, esse código, que possui mérito evidente, no sentido de refletir a busca dos profissionais pelo rompimento com o conservadorismo que caracterizou o Serviço Social quase que de maneira unânime por longo período, não deixou de conter equívocos significativos, uma vez que, substituindo o compromisso com determinados valores pelo compromisso irrestrito com a classe trabalhadora, parecia captar essa classe como a detentora de valores positivos, algo cuja fragilidade analítica se mostra no demérito da força da repercussão da alienação na sociabilidade capitalista, a qual pode atravessar os mais recônditos espaços da vida social.

Todavia, a continuidade da participação da categoria nos movimentos sociais e em demais ações político-profissionais e até partidárias permitiu certa expansão e refino da apreensão e busca no intuito de ruptura com o histórico conservadorismo profissional. Isso porque tais ações oportunizaram, inclusive, a recepção crescente de novos pensadores críticos.¹¹ Dessa maneira, sem negar parâmetros progressistas do código anterior, mas depurando-os, por meio de avanços intelectuais e outras experiências sociais, a categoria profissional avançou e elaborou o código de ética de 1993, que se mantém em vigor. Assim sendo, considerando os avanços intelectuais e organizativos do Serviço Social nesse período, em acordo com Netto, destacamos que, “[...] na entrada da década de noventa, o Serviço Social se apresenta no Brasil como uma profissão relativamente consolidada” (NETTO, 1996, p. 106).

Esse quadro de avanços e maturação profissional ocorreu estabelecendo uma relação concomitante e retroalimentadora no processo de consolidação de um projeto profissional em busca de ruptura com a sua tradição conservadora. Com isso, a direção político-estratégica desse projeto profissional acabou por se expressar, pelo menos, em três grandes frentes:

[...] a político organizativa, com o fortalecimento das entidades representativas da categoria – ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO; a acadêmica, com as Diretrizes Curriculares de 1996, o crescimento da pesquisa e da produção intelectual e técnica que referendam àquela construção; e a criação de novos instrumentos de mobilização profissional e regulação jurídica da profissão. (MOTA; AMARAL, 2007, p. 50).

Considerando as três grandes frentes destacadas por Mota e Amaral, retomamos o código de ética profissional de 1993, uma vez que avaliamos importante explicitar que, recorrendo ao estudo da ontologia do ser social, tal

¹¹Sobre isso, podem ser destacados autores como: Lukács, Heller e Mészáros.

documento evidenciou o trabalho como seu elemento fundante, imprimindo de maneira mais apropriada a condição histórica dos valores e princípios nele contidos, oferecendo-nos, assim, um produto mais rico como referência para o trabalho profissional.

Esse código comporta um referencial ético-profissional de profunda criticidade, ancorado na perspectiva de totalidade que, por sua vez, se sustenta em valores que têm a liberdade e a possibilidade de emancipação humana como elementos estruturantes. Isso expressa, de maneira direta, não apenas a mera ruptura com o predomínio da cultura profissional conservadora, mas também a vertente do pensamento que lhe serve de base e que, conseqüentemente, situa a dimensão ética em direta articulação com a dimensão política. Isso porque, na teoria social de Marx, a realidade não é apenas objeto de contemplação, mas, necessariamente, de transformação, uma vez que os sujeitos que analisam a realidade também estão nela implicados, e a teoria é produto da elaboração ideal da – e para – ação na realidade. O que acabamos de dizer, além de ratificar aspectos abordados anteriormente neste texto, nos leva a acrescentar o pensamento de Yamamoto:

Temos a responsabilidade cívica e política de nos somarmos a outras entidades da sociedade civil, a outros profissionais na direção indicada, *de maneira que o anúncio de valores éticos que regem a prática profissional não se transformem apenas em declarações de belas intenções* [...] eles devem se traduzir em propostas e ações acadêmico-profissionais e políticas. (IAMAMOTO, 2010, p. 104, grifo nosso).

E é justamente considerando o que a referida autora menciona sobre a possibilidade histórica de declarações de belas intenções sem a tradução objetiva de propostas e ações que avaliamos fundamentais as seguintes questões:

- 1) Encontrarmos, no âmbito do Serviço Social, desde os anos 1980, a busca de amadurecimento de alternativa ao histórico conservadorismo na profissão tem significado a manifestação disso no trabalho cotidiano institucional do assistente social, caracterizando-o em prol dos reais interesses da classe trabalhadora?
- 2) Considerar a indagação anterior é indispensável para que possamos, consistentemente, nos referir à hegemonia do projeto ético-político?
- 3) Em busca dessas respostas, caberia, ainda, refletirmos sobre o pensamento de Netto (1996, p. 111) a seguir?

O conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual. A legitimidade alcançada para a diversidade de posições está longe de se equivaler à emergência de uma maioria político-profissional radicalmente democrática e progressista.

4) Há entendimento equivocado, no meio profissional, de que a hegemonia de um projeto profissional significa a sua exclusividade? 5) Há algum distanciamento no que se refere às concepções teórico-práticas entre os profissionais que estão na docência e a maioria dos profissionais do Serviço Social que exercem o seu trabalho em outros campos sócio ocupacionais? 5) Se houver o referido distanciamento, isso teria alguma influência na materialização do projeto ético-político? 6) Em busca de respostas às indagações, a citação a seguir poderia auxiliar-nos?

As insuficientes conexões entre centros de formação e campos de intervenção têm reduzido a capacidade daqueles de viabilizar inovações, bem como a sua retroalimentação pela realidade das práticas de campo. (NETTO, 1996, p. 111).

Consideramos os aspectos e as questões até então elencadas indispensáveis às reflexões e estudos que se voltam ao atual projeto crítico, que, no meio profissional, é denominado projeto ético-político do Serviço Social. Isso especialmente nesse momento que, como dissemos inicialmente, atravessamos um período em que ondas (ultra)neoliberais e (neo)conservadoras podem interferir de maneira importante nas condições de vida e trabalho em terras brasileiras, ocasionando significativos prejuízos aos avanços intelectuais e organizativos da nossa profissão. Dessa maneira, prosseguindo na lógica do raciocínio, traremos à baila um dos aspectos que avaliamos se situar entre os mais polêmicos frente ao tema abordado, haja vista as repercussões do próprio histórico conservadorismo não erradicado na profissão. Nossa referência é a consciência de classe.

Projeto ético-político do Serviço Social e a consciência para si: uma conexão necessária

O projeto aqui em debate se conecta de maneira intrínseca a um projeto societário e, nesse caso, a um projeto de sociedade que não se estrutura acriticamente sobre as classes sociais e a exploração do trabalho. Nesse sentido, esse projeto expressa, sem sombra de dúvidas, o compromisso do Serviço Social brasileiro com as necessidades dos trabalhadores e com a construção de uma sociedade diferente. Dizemos isso e lembramos que somos trabalhadores também, e, especialmente neste momento de escancarados ataques aos direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora, isso necessita ser amplamente discutido.

A perspectiva societária subjacente ao projeto não comporta construções ideais e objetivações condizentes com as relações sociais

burguesas, com toda sua potencialidade de subjugar, expropriar e se apropriar das riquezas produzidas pelos trabalhadores. Sob essa ótica, seguramente podemos apontar que o projeto ético-político do Serviço Social se sustenta em pilares crítico-emancipatórios e anticapitalistas e que exige do assistente social que se dispõe a adotá-lo uma consciência crítica, que lhe permita efetiva consciência de classe.

Em outros termos, para que os assistentes sociais assumam efetivamente o referido projeto como uma espécie de “bússola” para as suas ações cotidianas, valendo-se de estratégias críticas e apropriadas, operando tensionamentos e disputas institucionais, exige-se uma consciência social de classe.

A assunção de uma consciência de classe por parte dos assistentes sociais, de uma efetiva consciência para si, pressupõe a superação da alienação/estranhamento, do fetichismo e da reificação enraizados objetiva e subjetivamente pelo capital, que passa, dentre outros pontos, pelo reconhecimento do assistente social de sua condição de classe trabalhadora, conforme retomaremos adiante.¹²

Sabemos que a perspectiva de busca do rompimento com o tradicional conservadorismo no Serviço Social introduziu e vem buscando transmitir, por meio das salas de aula/produção acadêmica e demais espaços de debate da profissão, a compreensão de que o assistente social se inscreve no circuito do trabalho coletivo. Essencialmente a partir da década de 1980, o estatuto assalariado tornou-se chave analítica prevalente discutida e difundida com o objetivo de propiciar-nos compreensão acerca da inserção dos assistentes sociais nas instituições. Revela-se e propaga-se que o assistente social se insere na divisão social e técnica do trabalho, compondo, conjuntamente com as demais especialidades e especificidades profissionais, o rol dos trabalhadores que, privados dos meios mais elementares de sobrevivência, necessitam vender suas forças de trabalho.

Dessa maneira, consideramos que a compreensão do assalariamento – os direitos e limites daí decorrentes – seja imprescindível à discussão do trabalho do assistente social, tanto no que se refere à sua possibilidade de autonomia profissional – relativa – quanto em relação às alternativas concretas de atendimento às demandas que lhe são dirigidas e, portanto, indispensável à abordagem do projeto em debate.

Nossa experiência profissional nos leva a questionarmos se não há uma incompreensão por parte dos assistentes sociais acerca das implicações e dos constrangimentos advindos da referida condição assalariada, bem como um não

¹²Passa pelo reconhecimento da condição de classe, mas não se encerra nesse reconhecimento. O reconhecimento configura-se como uma etapa primordial, como uma primeira etapa de negação do capital, mas que deve atingir a negação da condição de classe.

reconhecimento do pertencimento à classe trabalhadora e a não identificação daqueles que atendem na dimensão de classe. Evidentemente, as respostas a esses questionamentos implicam, sobremaneira, o entendimento e as concepções do projeto ético-político, haja vista, especialmente, seus vínculos com os interesses e as necessidades dos trabalhadores. Corrobora essa reflexão a observação da Profa. Raquel Raichelis (2011), que esclarece ser verificável na literatura profissional, com significativa frequência, a discussão sobre o desgaste físico e mental ocasionado pela superexploração experimentada pela classe trabalhadora sem, no entanto, inscrever e situar o assistente social nesse circuito. A mencionada professora e pesquisadora identificará o estabelecimento de uma exterioridade e de não pertencimento de classe por parte dos assistentes sociais.

Achados semelhantes, que reforçam a hipótese da referida autora, a partir de outro ângulo de análise, podem ser examinados na recente pesquisa realizada por Mauricio (2019). Dentre outras reflexões e considerações, a autora sinaliza que a exterioridade por parte dos assistentes sociais pode ser constatada tanto em relação à participação em mobilizações, paralisações ou greves, quanto em relação à sindicalização. Além disso, Mauricio (2019) sinaliza a observada tendência por parte dos assistentes sociais em analisarem o trabalho profissional, com sua intrínseca natureza assalariada, somente a partir do crivo da identificação, da apreciação e da realização pessoal, subdimensionando a dimensão de sacrifício, de desgaste e de captura física e mental inerentes ao trabalho nos domínios da sociabilidade burguesa.

Nesse sentido, considerando os elementos supramencionados e, principalmente, que a assunção de uma consciência de classe por parte dos assistentes sociais se configura como um imperativo, sobretudo para aqueles que reivindicam e avocam o projeto profissional crítico, erguido sobre o lastro da teoria social de Marx, urge tecermos algumas ponderações no que diz respeito à consciência e ao processo de ascenso da consciência crítica.

Inicialmente, cumpre demarcarmos a compreensão e a convicção de que a consciência e as representações ideais são condicionadas pela vida objetiva em suas relações concretas e contraditórias. A constatação inscrita dissipa quaisquer ilusões idealistas de que a consciência seria a força motriz da realidade objetiva e, além disso, reconhece a independência e o primado das relações objetivas no tocante à representação ideal.

Em consonância ao sobredito, consideramos que a consciência dos indivíduos se constitui a partir da inserção em relações sociais objetivas. Trata-se de um processo em que a realidade objetiva, material, se reflete e se expressa na consciência dos indivíduos.¹³ Em outras palavras, a consciência se conforma

¹³Vale clarificar que não estamos nos referindo a algo mecânico como uma espécie de “espelhismo”. Por outra parte, mencionamos que, à medida que o indivíduo se insere em relações sociais marcadas pela alienação, estranhamento, fetichismo e reificação, sua consciência

a partir da captação da realidade objetiva, da interiorização das relações experimentadas pelos sujeitos, sobretudo a partir dos seus vínculos mais imediatos.¹⁴ Iasi (2011, p. 14) é preciso, ao definir que:

Inicialmente, a consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza.

O sujeito, ao se inserir nas relações sociais, passa a ter acesso a uma porção da realidade, a um fragmento. Com a sua limitação de acesso, o sujeito busca compreender o todo por meio da parte que experiencia. Embora o contato com o mundo externo se dê de maneira limitada, parcial, o indivíduo não consegue apreender essa parcialidade de acesso à realidade e de constituição de sua consciência. Estabelece-se o processo de ultrageneralização, um dos mecanismos constitutivos da primeira forma assumida por sua consciência. Por meio do processo de ultrageneralização, o indivíduo atribui às vivências, experiências particulares, o *status* de universalidade. Isso também ocorre com as instituições com as quais o indivíduo se relaciona e se insere, que não são apreendidas em sua feição particular.¹⁵ Nessa perspectiva, as diversas relações e experiências são universalizadas e naturalizadas.¹⁶

A visão de mundo de um indivíduo, apesar de internalizada, não é imutável, pois as relações sociais que a constituem estão em contínuo movimento e transformação. Nesse sentido, além das vivências, dos conteúdos e dos valores proporcionados e transmitidos pela família, o indivíduo terá acesso a outros conteúdos e valores facultados pela sociedade, por suas instituições e pelas relações que vão se conformando. Essas outras informações e os conteúdos que são apreendidos e se manifestam na consciência influenciarão na concepção de mundo do sujeito, constituída a partir de suas primeiras experiências e relações – daí a importância de ser captada a força que pode ter os valores e as referências incorporados, inicialmente, pelos assistentes sociais, conforme já sugerido neste texto. Isso é relevante, mesmo que saibamos

expressará esse processo. Expressará as inversões, dissimulações e ocultamentos constituídos materialmente pelas relações sociais erguidas e movidas pelo capital.

¹⁴De maneira geral, a família é a primeira instituição que inscreve os indivíduos em relações sociais. O indivíduo em desenvolvimento absorverá e introjetará em sua consciência valores, normas, condutas e concepções transmitidos pela família. Vale salientar que a família, por sua vez, é formada e educada em determinado contexto sócio-histórico, portanto, carrega consigo normas, valores e concepções oriundos de gerações precedentes.

¹⁵Sob essa ótica, uma escola frequentada pelo indivíduo, por exemplo, não é apreendida como uma escola dentre as existentes, mas como “a escola”.

¹⁶A primeira forma de consciência constituída do indivíduo é um terreno fértil para a ideologia, aqui compreendida como uma ilusão social materialmente constituída e revelada na consciência.

que os alicerces em termos de informações, valores e princípios oriundos das relações familiares podem ser complementados, reafirmados ou modificados posteriormente, por meio das novas vivências e relações estabelecidas.

Cumprido esclarecermos que o movimento de maturação da consciência e expansão da consciência crítica é um processo complexo, dialético, constituído a partir da superação de fases e etapas, que podem envolver avanços, recuos e estagnação. A consciência amadurece e se expande por meio da sucessão de fases distintas, em que uma fase supera a outra, mas a nova fase pode carregar consigo elementos da fase anterior, superada. Trata-se de dialética.

Em consonância com o mencionado, é possível considerar que determinadas condições associadas a certas contradições possam ocasionar a transição para uma nova fase do processo de consciência. Sabe-se que o indivíduo tem sua visão de mundo constituída a partir da introjeção de valores, concepções, normas e condutas. No entanto, em um contexto em que a realidade se modifica ou que o indivíduo tem acesso a novos conteúdos, relações e experiências, instaura-se um contexto de contradição que pode se expressar como revolta, em um primeiro momento (IASI, 2011). Nesse ínterim, torna-se possível a apreensão da injustiça antes indetectável, embora ainda apreendida sob um viés fatalista e intransponível.¹⁷

Ademais, cabe destacar que o partilhamento das contradições de maneira coletiva que origina um salto qualitativo no processo de consciência, se distingue da revolta em nível individual e inscreve as relações experimentadas em outro patamar de apreensão. Permite ao sujeito vislumbrar possibilidades de alteração das injustiças identificadas, e não apenas se revoltar contra as referidas, processo de vital importância para a elaboração de estratégias profissionais competentes e consequentes, consoantes ao projeto que aqui vimos nos referindo.

A consciência que possibilita aos indivíduos se agruparem e questionarem o que até então era considerado natural é denominada consciência em si, ou consciência de reivindicação. Embora pressuponha uma perspectiva mais ampliada, que supera o individual, a consciência em si ainda se baseia em relações e vivências imediatas. Contudo, insta destacar que, apesar de possuir elementos não superados, a consciência em si constitui-se como um momento imprescindível para a superação da primeira forma de consciência, mais impregnada de alienação, por exemplo.

A apreensão das injustiças e contradições sociais, a associação coletiva e o reconhecimento da condição da classe, traços da consciência em si, são primordiais no processo de assunção de uma consciência crítica. Entretanto,

¹⁷Nesse momento já é possível observar um salto no julgamento valorativo que migra de “[...] as coisas sempre foram assim [...]” para “[...] as coisas sempre foram injustas [...]” (IASI, 2011, p. 28).

uma vez que os trabalhadores se identificam e se assumem como classe, negam “[...] o capitalismo afirmando-o [...]” (IASI, 2011, p. 32). Isso porque a divisão da sociedade em classes sociais é uma condição importante de existência do capitalismo.

No sentido do explicitado, para pensarmos em uma efetiva transformação social, vislumbrarmos a possibilidade de superação daquilo ao qual dirigimos nossa crítica profissional e contribuirmos profissionalmente com ações consequentes para isso, na direção da supressão dos constrangimentos próprios do capitalismo, não é suficiente somente o reconhecimento da condição de classe, embora seja um aspecto indispensável. O reconhecimento da condição de classe deve estar intimamente conexo com a perspectiva, com a direção da superação da referida condição, de modo a assumir uma consciência para si ou consciência de classe. Só assim poderemos alcançar nossos verdadeiros limites e possibilidades profissionais, captando as alternativas e os óbices à autonomia profissional relativa.

Sob essa ótica, considerando os elementos narrados e o mencionado vínculo medular entre o projeto ético-político e um projeto de sociedade democrático e progressista, crítico da ordem capitalista, sustentamos e reiteramos a relevância e a imprescindibilidade de uma consciência para si para os assistentes sociais.

Em consonância com o apontado, embora não seja suficiente o reconhecimento e a identificação da condição de classe trabalhadora para assunção de uma consciência para si, estamos convictos de que a referida assunção passa pela identificação, reconhecimento e apreensão da condição de classe. Em outros termos, para que atinja uma consciência para si, é preciso que o assistente social reconheça sua condição de classe trabalhadora,¹⁸ mas isso não basta, é necessário que, associado ao reconhecimento dessa particular condição, vislumbre a possibilidade de transformação social. Que vislumbre a transformação das estruturas sociais que forjam as classes e sua perpetuação, mas, que com isso, não hipertrofie sua possibilidade profissional nesse sentido. Entenda que cumpre uma função profissional que pode lhe permitir certa autonomia – e, portanto, escolha – no fortalecimento de determinado segmento de classe, visto que no projeto ético-político do Serviço Social tem-se como finalidade privilegiar os interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido é que urge sedimentarmos a compreensão da atividade profissional do assistente social como trabalho assalariado, enriquecendo a referida compreensão com suas determinações constitutivas desveladas.

¹⁸ Advertimos que não se trata de uma reprodução esvaziada da compreensão da atividade do assistente social como trabalho, mas sim uma compreensão substantiva que capte a essência do fenômeno do assalariamento na sociabilidade burguesa, com toda sua potencialidade de produzir desgaste, sofrimento social e autossacrifício.

Afirmamos isso no sentido da recuperação e do fortalecimento dos fundamentos atinentes ao projeto que discutimos, mas não só, assim como capturando aspectos conjunturais que incidem e influem na atividade profissional historicamente situada, sem perder de vista, é claro, que somente a transformação social é capaz de suprimir os constrangimentos do assalariamento e da exploração para os assistentes sociais e demais trabalhadores. Outrossim, evocamos a necessidade de os assistentes sociais adotarem valores e princípios ético-políticos universais que rechaçam e transcendam a barbárie particularista operada pelo capital. A necessidade inalienável de vínculo e compromisso com o processo de atenção e expansão das necessidades sociais com vistas a contribuições que se dirijam à construção de uma humanidade universalizada, o que, indubitavelmente, não pode ser a atualização de equívocos/distorções que nos remeta, entre outros, às verdades absolutas, aos idealismos, economicismo, politicismo, doutrinarianismo, voluntarismo, militantismo, utopismo.

Referências

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho Profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

FORTI, V.; COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. *In*: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 15-38.

GUERRA, Y. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. *In*: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 39-70.

IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética do profissional. *In*: BONETTI, D. A. *et al.* (org.). **Serviço Social e ética: um convite a uma nova práxis**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 87-104.

IASI, M. L. Reflexão sobre o processo de consciência. *In*: IASI, M. L. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 11- 45.

MAURICIO, J. M. M. **Debatendo a consciência de classe dos assistentes sociais**: um estudo a partir das apreensões e concepções dos assistentes sociais acerca de suas atividades de trabalho nos CRASs. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Projeto profissional e projeto societário. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 12, p. 49-56, 2007.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abril, 1996.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: MOTA, A. E. *et al.* (org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007. p. 141-160.

PAULA, L. G. **Estratégias e táticas**: reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul. set., 2011.

SILVA, M. O. S. (coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2009.